

GOVERNO DECIDE ENTERRAR O VLT E ANUNCIA NOVO MODAL DE TRANSPORTE



Gilberto Leite

Enfim chegou ao final uma das novelas mais longas de Cuiabá. Após seis anos de obras paradas, o governador Mauro Mendes (DEM) decidiu enterrar de vez o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Em seu lugar, o governo irá implantar o Ônibus de Trânsito Rápido (Bus Rapid Transit - BRT, no original em inglês). O anúncio foi feito na última segunda-feira (21). Estudos realizados pelo grupo de trabalho formado por membros dos governos federal e estadual apontam que o BRT é mais barato para implantação e apresenta várias outras vantagens sobre o VLT. Confira a comparação entre os modais

PÁG. 4

Consórcio pode ser obrigado a retirar VLT e pagar R\$ 830 mi em indenização

Além dos R\$ 676,8 milhões de ressarcimento por danos materiais, o governo do Estado decidiu pedir mais R\$ 147,7 milhões em danos morais coletivos na ação que ajuizou contra o Consórcio VLT. O processo foi apresentado à Justiça na segunda-feira (21), com um valor total de indenizações que passa de R\$ 830 milhões. A PGE alega que a culpa pela rescisão do contrato foi exclusiva do Consórcio VLT, pois o grupo de empresas fez “promessa e pagamento de vantagem indevida a agentes públicos, além de subcontratação irregular e cumprimento irregular das cláusulas contratuais”

PÁG. 5

“DECISÃO PELO BRT É UM RETROCESSO”

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) avalia que a decisão do governador Mauro Mendes (DEM) em enterrar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e optar pela aquisição do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês) representa retrocesso e falta de respeito com a população de Cuiabá e Várzea Grande. Emanuel defendeu que seja feita uma discussão ampla com os dois municípios e com a bancada federal

PÁG. 5



Gilberto Leite

‘Alunos perdidos’ são desafio à parte

Após quase um ano de salas de aulas fechadas, a batalha do sistema de educação agora é para recuperar os alunos que ‘se perderam’ neste tempo. Por isso, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) decidiu reforçar a ação de Busca Ativa para 2021. O foco será localizar os estudantes que não haviam retornado para as atividades pedagógicas no ano letivo de 2020

PÁG. 6

Luís Cláudio ganha secretaria em Cuiabá

Atual líder do prefeito na Câmara, o vereador Luís Cláudio (Progressista) será secretário de Governo da próxima gestão de Emanuel Pinheiro na Prefeitura de Cuiabá. O progressista não conseguiu manter sua vaga na eleição deste ano. Ele recebeu pouco mais de três mil, mas acabou ficando como suplente. Em seu novo cargo, ele irá gerenciar as relações institucionais da Prefeitura com a Câmara e outros Poderes

PÁG. 5

EMANUEL CONFIRMA STOPA EM SECRETARIA

Gilberto Leite/Arquivo



O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) deve anunciar até a próxima semana os nomes que irão compor o primeiro escalão em seu segundo mandato. Nesta semana, ele divulgou o primeiro secretário, o vereador Luís Cláudio (Progressistas), na Secretaria de Governo. Agora, confirmou que seu vice, José Roberto Stopa (PV), vai assumir o comando de uma pasta

PÁG. 3

Pequenas empresas geram o dobro das vagas de trabalho

O ano de 2020 ficará marcado como o mais desafiador para os pequenos negócios. Essas empresas, que dependem do fluxo de caixa diário para sobreviver, precisaram se reinventar no para resistir à pandemia. E parece que eles tiraram ‘de letra’. Levantamento feito pelo Sebrae aponta que os pequenos negócios criaram quase o dobro de vagas que as médias e grandes empresas no processo de retomada econômica

PÁG. 8

MENINO HEITOR É ENCONTRADO VIVO EM LIXÃO E ENCAMINHADO PARA HOSPITAL

PÁG. 6

EDITORIAL

Um novo desafio

Há tempos que os atores políticos de Mato Grosso davam sinais de que o projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) seria enterrado. Apesar de ser uma opção mais avançada tecnologicamente, o modal sempre esteve envolto em uma aura de corrupção e serve, até hoje, para lembrar das decisões atabalhoadas que foram tomadas para dar conta da enxurrada de dinheiro público que precedeu a Copa do Mundo e desaguou no bolso de um grupo de malandros. A árvo-

re que nasce de uma raiz pode dificilmente prospera, por mais valiosa que seja.

Ao anunciar o sepultamento do VLT, sem direito a 'velório', o governador Mauro Mendes (DEM) atraiu para si um grande desafio político. Pode ser seu trunfo, caso consiga realizar a implantação do novo modal de forma rápida e transparente, mas também pode se converter em uma dor de cabeça caso o processo demore a ser digerido pelo lento metabolismo da burocracia brasileira.

Dos setores produtivos, por hora, vemos só elogios. Mas isso já era esperado. Durante a série de reportagens que o Estadão Mato Grosso fez sobre o VLT, percebemos que o impasse sobre o futuro do modal é mais danoso do que a decisão por uma ou outra opção. As feridas abertas nas principais avenidas de Cuiabá e Várzea Grande trouxeram grandes prejuízos para o comércio, que foi levemente atenuado pela decisão do prefeito Emanuel Pinheiro de promover a reurbanização das valas que foram deixadas pelas gestões passadas do governo estadual.

Ainda assim, a obra inconclusa era um incômodo,

sobretudo em Várzea Grande, ao longo da Avenida da FEB, onde os blocos de concreto que separam a obra da pista ceifaram ao menos uma dezena de vidas, além de promover uma quebradeira generalizada no comércio local. A indefinição cobrou um preço caro por muito tempo. Agora, ao que tudo indica, o martelo já foi batido e a mudança de modal é uma questão fechada, com direito a pedido de indenização pelos prejuízos morais e financeiros que os mato-grossenses sofreram.

Preferências à parte, o que se espera é que esse triste capítulo da história mato-gros-



sense se encaminhe para um desfecho rápido e que garanta aos cidadãos das duas maiores cidades do estado um direito essencial em suas vidas. De trem ou de ônibus, o que o trabalhador quer é chegar em seu trabalho sem ter que passar por uma 'lata de sardinha' e ser curtido em seu próprio suor.

O maior programa da história

Mauro Mendes (*)

Meus amigos, nos últimos dois anos nós mato-grossenses passamos por períodos difíceis: desde um Governo do Estado que estava prestes a quebrar, a uma pandemia que ainda causa sofrimento a todos.

Mesmo em meio a tantas dificuldades, saímos maiores e as melhorias em todo o estado já são visíveis. Toda a dedicação a consertar Mato Grosso e a pandemia não nos desviou da nossa missão principal: investir naquilo que importa ao cidadão. Mato Grosso virou um grande canteiro de obras e, por meio do programa Mais MT, estamos realizando investimentos que vão totalizar R\$ 9,5 bilhões até 2022.

Somente na Infraestrutura, estamos com mais de 1,2 mil km de asfalto novo contratado e 77 pontes, em todas as regiões, boa parte já entregue ou com previsão de entrega já no próximo ano. O Vale do Araguaia, até então esquecido, concentra mais de 400 km de toda essa pavimentação. Estamos em andamento com milhares de quilômetros para serem concedidos à iniciativa privada, garantindo a qualidade das rodovias, e outras centenas de quilômetros de estradas sendo construídas e restauradas por meio de parcerias sociais com prefeituras e associações.

A previsão é que tenhamos mais de 2,4 mil km de asfalto novo contratado até 2022. E pelo menos cinco mil novas pontes devem ser construídas nesse período de tempo, substituindo as precárias pontes de madeira que tanto transtorno trazem à população. Será o maior programa de pontes de um estado brasileiro. E fechamos o ano apresentando a solução para um pesadelo que assola a po-

pulação há anos, com a substituição do VLT pelo BRT – muito mais econômico, viável e vantajoso à população.

A Saúde também passou a funcionar. Com os repasses em dia aos municípios, o atendimento na atenção básica voltou a ser digno. Deixaram fechar a Santa Casa de Cuiabá, mas reinauguramos como Hospital Estadual Santa Casa. Ampliamos o Metropolitano em Várzea Grande. Estamos reformando e modernizando os regionais de Sorriso, Sinop, Rondonópolis e Cáceres e vamos estender essas melhorias a todos os demais. Retomamos obras paradas há 34 anos, como a do Hospital Central, e a do Júlio Muller, que estava abandonada há 7. E ainda construiremos três novos hospitais regionais: em Juína, Tangará da Serra e outro na região do Araguaia, locais onde há vazios de assistência à Saúde, que obrigam a população a percorrer centenas de quilômetros em busca de atendimento especializado.

Na Educação, 161 escolas estão com obras em andamento, sejam reformas, ampliações, construção de quadras poliesportivas ou até novas construções. Por meio do Mais MT, vamos investir mais de R\$ 900 milhões para melhorar as estruturas físicas e pedagógicas, dando condições de ensino e capacitação aos professores e servidores, e de aprendizado aos alunos, para que nossos índices melhorem. Instalar ar-condicionado em mais de 300 escolas que ainda não possuem climatização é só um exemplo.

Assim como na Segurança, que tem recebido investimentos maciços para ampliação de vagas no sistema prisional. Já ampliamos mais de 1400 vagas e devemos ampliar em até 4000 nos próximos anos, em sistemas que usam a tecnologia para trazer mais se-

gurança e economia aos cofres públicos, o que garante também o cumprimento da pena e a ressocialização. Compramos fardamento, encomendamos 3 mil pistolas Glock aos nossos militares e implantamos o rádio digital, impedindo os bandidos de ouvirem as conversas da Polícia. Vamos construir um Centro de Treinamento de Segurança Pública onde abandonaram as obras do COT do Pari. Além de novas viaturas, aeronaves e equipamentos às Forças de Segurança.

Temos e teremos muitos investimentos no Social, na Cultura, no Turismo, no Desenvolvimento Econômico, na Agricultura Familiar, no Meio Ambiente, na Ciência e Tecnologia e em todas as áreas. Já criamos mais de 5 mil empregos diretos e indiretos somente com as ações de Governo desenvolvidas até agora. Aplicando medidas como a reforma tributária, simplificação do licenciamento e isonomia em incentivos fiscais, Mato Grosso tem atraído milhares de empresas para investir no estado. Foi a unidade da federação que mais abriu novas empresas (foram 21.040 só no primeiro quadrimestre de 2020) e que mais criou novos postos de trabalho, de acordo com o Ministério da Economia. E tudo isso de maneira sustentável, com respeito ao meio ambiente e às normas vigentes. A previsão, segundo metodologia de cálculo do BNDES, é que os nossos investimentos do Governo de Mato Grosso vão gerar um total de 54 mil empregos.

Como tudo isso foi e está sendo possível? Por meio de um ensinamento que repito constantemente: ninguém faz nada sozinho. Esses avanços só foram conquistados graças ao trabalho do nosso povo, dos nossos servidores, da gestão séria e focada em resultado

que temos feito aqui no Executivo e também pela parceria que a Assembleia Legislativa e os demais poderes e instituições tem nos oferecido.

Em janeiro de 2019, quando assumimos o governo, encontramos uma situação caótica. Salários atrasados, 13º atrasado, UTIs fechando, viaturas da Polícia sendo recolhidas por falta de pagamento, repasses para fornecedores e para a saúde dos municípios atrasados há mais de 11 meses e quase R\$ 4 bilhões de dívidas.

Ainda em 2019 conseguimos reverter esse quadro. Enxugamos secretarias, cortamos mais de R\$ 1 bilhão em despesas, renegociamos contratos, economizamos, otimizamos nosso quadro de pessoal e fizemos uma reforma administrativa e tributária.

O resultado veio no mesmo ano. Pela primeira vez em 10 anos, em 2019 Mato Grosso fechou suas contas no azul, ou seja, gastou menos do que o arrecadado. Isso possibilitou voltar a pagar os servidores no dia 30 do mês trabalhado, pagar fornecedores e a saúde aos municípios rigorosamente em dia e retomar centenas de obras paradas há muitos anos.

Tivemos dois anos desafiadores, mas com muitas entregas para a população. Em 2021, muito mais está por vir nesse novo Mato Grosso que já vivemos. Um excelente final de ano a todos os mato-grossenses. Que Deus abençoe as nossas famílias.

MAURO MENDES é governador do Estado de Mato Grosso



Inteligência emocional

Francisney Liberato (*)

Para viver de maneira mais leve e saudável, é necessário aprender mais sobre inteligência emocional e os processos emocionais.

Muito se tem discutido sobre a inteligência emocional. Segundo pesquisadores, estudiosos, coaches e palestrantes sobre o assunto, esse tipo de inteligência promove o sucesso do indivíduo. Todos nós buscamos e queremos ter sucesso na vida.

O conceito foi disseminado no mundo por intermédio do jornalista e psicólogo Daniel Goleman, segundo o qual, para que a pessoa tenha inteligência emocional, é necessário que haja um reconhecimento do seu estado atual, para propor mudanças para o estado desejado: "Todos temos essa tendência de negar nossas falhas. É uma estratégia emocional cômoda, que nos protege do sofrimento que acarretaria reconhecer a dura verdade. A atitude defensiva assume muitas formas:

minimizar os fatos, excluir informação crucial, racionalizar e encontrar boas desculpas – qualquer coisa para tirar dos fatos a sua verdade emocional".

Os indivíduos que detêm a inteligência emocional geram mais resultados e atingem mais os objetivos em quaisquer áreas da vida.

O pesquisador americano Goleman divide a inteligência emocional em cinco dimensões ou habilidades indispensáveis ao ser humano. O conjunto da inteligência emocional é composto por:

Autoconhecimento: reconhecer quem você é. É a capacidade que as pessoas têm de conhecer a si mesmas com relação aos seus comportamentos, frente às situações de suas vidas, sejam elas sociais ou profissionais. É saber lidar e relacionar-se consigo mesmo.

Autocontrole: é a capacidade que os indivíduos têm para administrar as próprias emoções, seu estado de espírito e o seu bom humor.

Automotivação: é ter motivos para agir. É a capacidade de motivar a si mesmo e, assim, conseguir realizar tarefas e ações necessárias para que possa alcançar objetivos, não importando o cenário em que cada um está vivendo.

Empatia: é se colocar, é estar e entender o lado do outro. Esta é a habilidade de comunicação interpessoal para tentar entender e compreender a percepção do próximo.

Práticas sociais: é saber se relacionar em grupo. É a capacidade de relacionamento interpessoal e trabalho em equipe.

Todas as cinco dimensões são necessárias para que possamos ter inteligência emocional. Perceba que o autocontrole é um dos pilares da inteligência emocional, a qual é o objeto de estudo deste manual.

A inteligência emocional é extremamente relevante para o mundo atual. Pensando no seu desenvolvimento intrapessoal e interpessoal, desejo que você tenha a consciência

de quem você é; que busque se controlar e tenha motivação para viver de forma feliz.

Busque a inteligência emocional todos os dias de sua vida!

FRANCISNEY LIBERATO BATISTA SIQUEIRA é auditor público externo do Tribunal de Contas de Mato Grosso e chefe de gabinete de conselheiro do TCE-MT. Escritor, palestrante, professor, coach e mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole" e "Fenomenal".



As Farras

Lourenbergue Alves (*)

A legislação eleitoral brasileira carece de retoques, de aperfeiçoamento. Aperfeiçoá-la para diminuir a desigualdade da disputa. Desigualdade que seria também reduzida se os partidos políticos fossem fortes, e, uma vez fortes, deixariam de ser apenas locais para se carimbar o passaporte para alguém ser candidato. A Justiça mais ágil e rigorosa ao julgar os que cometem crimes eleitorais. Soma-se a isto, a formação política

da população, cuja inexistência faz crescer a quantidade de leitores-torcedores, uma espécie de "currul eleitoral" modernizado. Retrato que precisa ser retirado da sala de estar do país. Retirado de vez, não simplesmente trocado, substituído por outro de igual essência. Substituir e trocar são verbos, a exemplo do retirar. Portanto, ações. Mas, a despeito do transitivo direto, que cada qual o é, este último tem ação bastante distinta daqueles. E, para acioná-lo, exigem-se, inicialmente, medidas que possam possibilitar-lhe o ingresso

no cenário político. Medidas disciplinadoras, moralizadoras.

Uma dessas medidas é disciplinar a entrada de juiz aposentado no jogo. Disciplinamento que passa por uma quarentena de oito anos, e só depois sair para a disputa eleitoral, até para impedi-lo de usar a magistratura, a vara e a instância como instrumentos para seduzir eleitor e conquistar votos. Igual regra deveria ser exigida para delegados, integrantes dos Ministérios Públicos, da Defensoria, dos Tribunais de Conta, das Forças Armadas e das Polícias Militar e Civil. Medida que se estenderá para secretários municipais e estaduais e ministros. Todos eles, caso queiram sair para a disputa, se sujeitariam primeiro a quarentena de oito anos. Tempo do mandato de Senador.

Aliás, nesta mesma esteira, não se pode perder de vista outra medida, salutar e necessária: a migração de um parlamentar para o Executivo, e tal migração só seria permitido com a renúncia do cargo que lhe fora concedido pelo eleitorado. Isto moraliza a situação vivida, ainda que seja legal, e acaba com as farras até agora existentes. Farras, cuja vitrine só dá visibilidade para alguns, em detrimento de uma maioria de candidaturas. O fim delas, dessas farras, por certo, diminuirá a desigualdade da disputa. Diminuição que também ocorrerá quando se adotar um prazo maior para que o jornalista, apresentador deixe o programa de rádio ou de TV. Prazo de um ano antes da eleição, embora se saiba que este profissional dependa do seu trabalho para sustentar a si próprio e a sua família.

Por falar em dilação de prazo, vale acrescentar outro, o de filiação partidária.

O mínimo de quatro anos de filiação para que o filiado venha sair candidato tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. Mínimo de tempo para que cada agremiação política possa melhor preparar seus quadros, e apresentar uma lista de candidatos mais qualificados, e ciosos do conteúdo de seu estatuto. Diferentemente de agora, com a imensa maioria dos filiados, senão quase todos, inclusive de gente que já ocupou e ocupa cargos nos diretórios, sequer, se debruçou sobre os dizeres do estatuto. Estatuto que é o coração, o pulsar da sigla política, ainda que nos dias de hoje, agredido a todo instante, sem que haja uma investigação e punição do agressor. Virou uma bagunça generalizada, com o filiado, mesmo em cargo eletivo, em apoio do candidato adversário ao do seu partido. O imoral e o ilegal de mãos dadas e entrelaçadas. Ainda que negados. Negados sem, contudo, esconder os fatos. Fatos que escancararam a imoralidade e ilegalidade. Mas, de tanto conviver com uma coisa, já não a veem como anormal, fora do correto, do adequado. Tal como a situação privilegiada de algumas pessoas no campo político. Situação que lhes dá mais visibilidade, maior vitrine, melhor condição de conquista de votos; ao passo que a imensa maioria, fica a ver navios, levada de roldão pelas águas da desigualdade de condição na disputa eleitoral. É isto.

*LOUREMBERGUE ALVES, é professor universitário e analista político.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

SEGUNDO MANDATO

Prefeito de Cuiabá pretende anunciar nova composição de seu secretariado até a próxima semana; Stopa e Luís Claudio estão garantidos

Vice de Emanuel será secretário

Gilberto Leite/Arquivo



Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) deve anunciar até a próxima semana os nomes que irão compor o primeiro escalão em seu segundo mandato. Nesta semana, ele divulgou o primeiro secretário, seu líder no Legislativo cuiabano, o vereador Luís Cláudio (Progressistas), na Secretaria de Governo.

Na última terça-feira (22), o emedebista revelou que o vice-prefeito diplomado, José Roberto Stopa (PV), vai assumir o comando de alguma pasta no Município. Ele ainda comentou que muitos da atual equipe serão aproveitados, mas em outros desafios.

“O normal seria que ‘no time que está ganhando não se mexe’, mas estamos preparando novos desafios para uma equipe fora de série. Muitos serão aproveitados, mas remanejados para novos desafios. O que está decidido, salvo raríssimas exceções, especialmente na área econômica, é a manutenção do mesmo cargo”, explicou.

Emanuel elogiou o trabalho desenvolvido pelo seu vice na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e na empresa Cuiabana de Limpeza Urbana (Limpurb). Na sua próxima gestão, pretende nomeá-lo para outra secretaria, mas não revelou qual. Nos bastidores circula a informação que Stopa seria um supersecretário, mas isso foi rechaçado por Emanuel.

“Stopa se coloca como gerente de uma praça, ele faz dessa praça uma cidade. Se colocar o Stopa como secretário de Fazenda ele faz de Cuiabá a melhor cidade para



Emanuel garante que Stopa será secretário, mas ainda não revelou em qual pasta

arrecadar no país, é um talento. Nós estamos discutindo, decidindo, mas com certeza o Stopa será secretário”, comentou.

Outro nome que deve permanecer no staff é do ex-secretário municipal

de Obras e coordenador-geral da campanha de reeleição de Emanuel, Vanderlúcio Rodrigues (Progressistas).

“Sou um caça talentos. Eu quero pegar o melhor da minha equipe e levá-lo para uma área

x e eles se desafiarem”, disse.

MUDANÇAS - Durante o período de seu mandato, Emanuel promoveu diversas mudanças no seu secretariado. Dos 18 secretários que tomaram posse

em 2017, apenas quatro continuam no staff: Antônio Possas de Carvalho (Fazenda); Juarez Samaniego (Meio Ambiente); Antenor Figueiredo (Mobilidade Urbana); e Leovaldo Sales (Ordem Pública).

SAÚDE PÚBLICA

Vacina pode ser requisito para disputar eleições

Da redação

Um projeto de lei que tramita na Câmara Federal quer tornar obrigatória a apresentação da carteira de vacinação atualizada para o registro de candidatura na Justiça Eleitoral. A proposta foi apresentada durante discussão sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19.

O PL altera o artigo 11 da Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, tornando obrigatório a apresentação do documento para as pessoas que pretendem obter o

registro para concorrer a algum cargo eletivo. O projeto é de autoria do deputado Rogério Correia (PT-MG), e tem como coautora a deputada federal por Mato Grosso, Rosa Neide (PT). O texto dispensa a obrigatoriedade, caso o candidato apresente atestado médico de contra-indicação explícita da aplicação da vacina.

Na justificativa do projeto, o deputado cita que a vacinação é medida preventiva fundamental à proteção coletiva e, “principalmente, para evitar que doenças altamente contagiosas

se propaguem em massa”.

“Apesar da elevada eficiência das vacinas e do sucesso das aplicações em massa para erradicar doenças e evitar crises sanitárias como essa de 2020, há uma ascendência do movimento antivacina e de governos negacionistas que questionam a necessidade e eficácia da vacinação”, diz trecho da proposta.

Além disso, citam uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu como constitucional a vacinação compulsória contra o novo coronavírus.

FIM DA LEGISLATURA

Câmara vai exonerar 431 comissionados até o dia 31

Da redação

A Câmara de Cuiabá vai exonerar 431 servidores comissionados até o fim deste ano. Serão demitidos os funcionários que atuam nos gabinetes dos 25 vereadores e da área de administração do Legislativo.

Além disso, a Mesa Diretora justifica que a medida tem o intuito de finalizar o ano contábil sem deixar pendências para a próxima gestão. O presidente da Câmara, Misael Galvão (PTB), disse que o processo no final de gestão é natural

e garantiu que os exonerados receberão a rescisão.

“Essas demissões são naturais ao final de cada gestão. Cada servidor deste contribuiu com a Casa no período em que permaneceu aqui. Não vamos deixar nenhuma pendência financeira para a próxima gestão. Vamos honrar com todos os compromissos, incluindo a rescisão dos servidores, que é um direito deles”, disse Misael.

Segundo a Câmara de Cuiabá, as exonerações serão realizadas

em duas etapas. Primeiros serão publicados no Diário Oficial, a exoneração de 353 servidores que são lotados nos gabinetes dos vereadores, depois serão publicados os atos dos funcionários que atuam no administrativo do Legislativo e também os chefes de gabinetes.

Na edição do Diário Oficial de Contas que circulou na terça-feira (22) foram publicados os primeiros atos de exoneração. Ao todo, foram 31 demissões de servidores que têm a inicial do nome com a letra A.

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

O vereador reeleito Juca do Guaraná diz ter 16 votos em seu favor

Da redação

O vereador reeleito Juca do Guaraná (MDB), que articulou uma chapa para concorrer à próxima Mesa Diretora da Câmara de Cuiabá, revelou na última terça-feira (22) que já conta com o apoio de mais da metade dos parlamentares que compõem o Legislativo cuiabano para eleger-se presidente da Câmara.

“Pelos palavras que nos foram empenhadas, nós estamos em torno de 16 votos. [...] Eu acredito que vai chegar mais que essa quantidade”, disse Juca.

Ele espera que haja consenso entre os vereadores do grupo governista, para que haja uma chapa única na disputa pela Mesa Diretora.

“São eleitores diferenciados. São 25 homens e mulheres que representam o povo cuiabano, que foram eleitos pelo povo para representá-lo, então, dessa forma, precisa

ter diálogo está caminhando bem e vai vencer o melhor”, comentou.

Na disputa pela presidência do Legislativo, Juca enfrenta o colega governista Marcrean Santos (Progressistas), que também tenta viabilizar seu projeto. Marcrean tem confirmado sua pretensão em disputar a presidência. Como Juca, ele também comentou que o mais que despontar terá o apoio dos demais.

“Estamos buscando entendimento com todos, nós iremos tirar a presidência do arco de aliança entre os quatro vereadores, nossa intenção é compor com todos os vereadores eleitos independentemente de partido. Dos quatro, um vai se despontar. Isso é natural, cada um tem seu poder de articulação, seu poder de agregamento e o que despontar terá nosso apoio”, comentou o progressista, em entrevista realizada no início do mês.

Outro reeleito que também anunciou que vai buscar a presidência da Câmara é Diego Guimarães (Cidadania). Ele disse que sua intenção é garantir a independência do Legislativo do Executivo. Candidato a vereador bem mais votado neste ano, ele comentou que mantém seu nome e que busca fortalecer seu projeto.

O vereador Renivaldo Nascimento (PSDB), que também buscava concorrer à presidência, retirou seu nome da disputa para evitar um possível racha na base do prefeito. Ele comentou que ainda tem interesse em participar da mesa, mas em outro cargo, mas esperará a definição sobre a presidência para estudar as vagas disponíveis.

A eleição da Mesa Diretora da Câmara de Cuiabá acontece no dia 1º de janeiro, após a posse dos vereadores eleitos e reeleitos.

LICITAÇÃO CORRUMPIDA

Ação pede indenização de R\$ 677 mi do Consórcio

Da redação

O governo de Mato Grosso espera recuperar ao menos R\$ 676,8 milhões do dinheiro que já foi investido para construção do Veículo Leve sobre Trilhos entre Cuiabá e Várzea Grande. Para isso, ingressou na última segunda-feira (21) com uma ação contra o Consórcio VLT, exigindo a remoção dos trens, trilhos e todo o material que já foi adquirido, além de indenização dos prejuízos causados ao Estado.

O principal argumento da ação será o fato de o contrato ter sido rescindido por suspeita de corrupção, fato respaldado por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), proferida em dezembro de 2019. A rescisão do contrato foi feita em 2017, pelo então governador Pedro Taques (Cidadania), após a Operação Descarrilho. Durante a ação,

foi evidenciada uma série de irregularidades no contrato, entre elas o pagamento de propina a autoridades públicas.

“Por conta de o contrato ter sido rescindido por culpa deles, por prática de corrupção, a probabilidade de nós ganharmos esta ação é muito grande. É muito favorável, porque o nosso direito está muito caracterizado. [...] Inclusive, está muito claro no Código Civil brasileiro esta faculdade”, explicou o governador.

Pelas contas apresentadas pelo governador Mauro Mendes (DEM), essa solução para o VLT resultaria em um superávit de mais de R\$ 200 milhões. Isso porque o governo prevê gastar cerca de R\$ 430 milhões para implantação do BRT e pode recuperar cerca de R\$ 677 milhões caso a ação seja julgada procedente.

FIM DA NOVELA

Relatório aponta maior viabilidade do BRT sobre o VLT e governo anuncia a mudança; implantação do novo modelo custará R\$ 430 milhões

Governo anuncia troca do modal



Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) decidiu enterrar de vez o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Em seu lugar, o governo já deu início aos trabalhos de conversão para o Ônibus de Trânsito Rápido (Bus Rapid Transit - BRT, no original em inglês). O anúncio foi feito na última segunda-feira (21), em coletiva de imprensa realizada no Palácio Paiaçuás.

“É preciso retornar à solução que, verdadeiramente, funcionará em Cuiabá e Várzea Grande, com os ganhos tecnológicos que atualmente se tem, como são os ônibus movidos a eletricidade fabricados em nosso país”, disse.

Para justificar a mudança de modal, o governador apontou uma série de vantagens do BRT em comparação ao VLT, cujas obras estão paralisadas desde 2014. Entre essas vantagens estão o valor da tarifa, custos para conclusão das obras, tempo para implantação e formas de contratação. O estudo apresentado pelo governador também aponta a facilidade para amplia-

ção da rede; maior número de passageiros por dia; e maior velocidade.

“É muito mais econômico e vantajoso para a população mudar para o BRT. Nós avaliamos os custos, o risco e o tempo para resolver essa situação que perdura há mais de seis anos. É uma alternativa muito mais lógica e racional”, afirmou.

O governador informou que já solicitou autorização para mudança do projeto. Ele encaminhou ofício na última sexta-feira (18) ao Ministério do Desenvolvimento Econômico e ao Conselho Curador do FGTS, órgãos responsáveis pelo financiamento do projeto do VLT.

Mauro também afirmou que nesta segunda-feira protocola na Justiça uma ação contra o consórcio VLT Cuiabá-Várzea Grande e as empresas que o compõem, para condená-las ao pagamento de indenização por danos causados ao Estado na ordem de R\$ 677 milhões.

NOVO PROJETO - O cronograma apresentado pelo governador prevê que a licitação para implantação do BRT seja lançada em maio de 2021, seguindo o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Após esse processo licitatório, a obra deve ser concluída em dois anos.

Sobre o no projeto, Mendes adiantou que o BRT pode compartilhar sua estrutura com os demais ônibus e com os veículos de segurança e



Com custo menor, novo modelo permitirá arborização e pista de ciclismo na Avenida do CPA

saúde, como ambulâncias e viaturas.

Com o novo modal, também será possível promover e manter a arborização das avenidas do CPA e Fernando Corrêa, em Cuiabá, em um projeto de ‘parque linear’. Isso não seria possível com o VLT, já que é preciso “limpar” o caminho para a passagem dos vagões no canteiro central.

A apresentação também destaca a possibilidade de se implantar uma ciclovia na Avenida do CPA com o BRT, o que não é possível com o VLT.

Atributos	BRT	VLT
Matriz energética	Eletricidade (bateria recarregável)	Eletricidade (cabos aparentes - catenárias)
Tarifa (exclusivamente do modal)	R\$ 3,04	R\$ 5,28
Custos para conclusão	R\$ 430 milhões	R\$ 763 milhões
Tempo de Implantação	24 meses (ordem de serviço)	48 meses (incluída a preparação da PPP)
Possibilidade de Ampliação	Fácil	Difícil
Climatização dos veículos	Sim	Sim
Velocidade média	25,02 km/h	21,30 km/h
Número de veículos	54 (4 reservas)	29 (3 reservas)
Impacto visual	Zero	Alto (catenárias expostas)
Acessibilidade	Sim	Sim
Número de passageiros/dia	155.181	118.185
Forma de Contratação	Licitação da obra e dos veículos	Batalha jurídica para contratação da fabricante dos trens (declarada inidônea pelo Estado)
Terminais Climatizados	Sim	Sim
Tempo para retomada	Maio/2021	Junho/2022
Impacto no Trânsito	Menor	Maior

Estudo aponta que tarifa do BRT ficará em R\$ 3,04

Anunciado na última segunda-feira (21) como substituto ao Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) terá tarifa de R\$ 3,04. A informação é do governador Mauro Mendes (DEM), que destacou que esse valor é válido

apenas para o transporte no novo modal, sendo necessário um novo cálculo junto às Prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande para se chegar ao valor de uma tarifa para o sistema integrado.

O estudo aponta que a maioria dos usuários

utilizará o BRT como transporte complementar do atual transporte coletivo. Devido a isso, ainda não é possível determinar qual o valor da tarifa para o sistema de integração entre o modal, de administração estadual, e os ônibus,

sob a gestão das duas prefeituras.

A apresentação elenca o valor tarifário em comparação à tarifa do agora descartado VLT. Nele, a passagem exclusiva sairia ao valor de R\$ 5,28. Segundo os cálculos apresentados, o governo do Estado pre-

cisaria investir R\$ 23,2 milhões por ano para manter o VLT com a mesma passagem que é praticada hoje no transporte coletivo.

“Ao longo dos anos, esse déficit traria dificuldades para viabilizar a própria expansão da infraestrutura fer-

roviária, o que poderia restringir o seu traçado ao projeto original, não acompanhando o desenvolvimento urbano e a comodidade dos usuários com a redução do número de integrações”, avaliou o governador Mauro Mendes (DEM).

RACHA INTERNO

Após convites, Emanuel diz que não quer deixar MDB

Da redação

O prefeito reeleito Emanuel Pinheiro disse que “por hora” não pretende deixar o MDB, mesmo diante dos embates com algumas lideranças do partido. Ele comentou que essas rusgas são naturais e que são “frutos” do comportamento de alguns membros da cúpula emedebista, que não apoiaram sua candidatura à reeleição.

“Eu pretendo continuar [no MDB]. Por hora, eu não penso em mudar. São problemas normais, fruto do comportamento da cúpula partidária nas eleições, mas eles perderam e agora vamos conversar e vamos colocar os pingos nos ‘is’ sob a liderança do nosso grande líder, que é a unanimidade e que tem todo nosso respeito, que é o

deputado Carlos Bezerra”, disse.

Pinheiro revelou que já recebeu convites de seis partidos, inclusive do DEM, sigla de seu adversário político, o governador Mauro Mendes.

“Recebi o convite do PP, através do deputado Ricardo Barros, que é líder do governo na Câmara dos Deputados e ex-ministro da Saúde, e procurou Emanuelzinho [filho do prefeito] e o convidou. O PV, Solidariedade, PSDB, o PTB e até o DEM também procuraram. Os partidos nos convidaram”, comentou.

A relação no MDB ficou estremecida após a deputada estadual Janaina Riva declarar apoio a Roberto França (Patriota) na eleição municipal. Após o resultado do pleito, ela foi oficializada como presidente do

diretório do partido em Cuiabá.

DISPUTA INTERNA - Sobre a disputa para o comando do diretório do MDB em Cuiabá, Emanuel se colocou junto ao grupo que defende a manutenção do advogado Francisco Faiad na presidência.

“A ampla maioria esmagadora dos filiados, dos candidatos a vereadores, do vereador reeleito Juca do Guaraná é pela manutenção da lealdade, da fidelidade e de quem venceu as eleições, quem conduziu com muita garra, com muita determinação e com muito compromisso partidário do partido em Cuiabá, que é o companheiro Faiad”, disse.

“Eu não sou contra a deputada, eu sou a favor do Faiad, junto com a maioria esmagadora do partido”, ressaltou.

ESCLARECIDO

MP arquiva pedido para apurar compra de máscaras

Da redação

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) indeferiu e arquivou o pedido de abertura de um procedimento investigativo para apurar se a compra de máscaras de proteção facial personalizadas com os nomes do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), e pelos deputados Max Russi (PSB) e sargento Elizeu Nascimento (PSL) foi realizada com dinheiro público.

O pedido de investigação partiu do próprio presidente do Legislativo para esclarecer uma denúncia vinculada em uma matéria jornalística.

“A matéria veiculada noticiou que o Observatório Social de Mato Grosso, associação civil sem fins lucrativos, está investigando se a compra de máscaras personalizadas com os nomes

do atual Presidente da ALMT e dos deputados Elizeu Nascimento e Max Russi, foi realizada com recursos da Casa de Leis; o que caracterizaria ato de improbidade administrativa”, diz trecho da decisão.

Em resposta ao MP, Botelho afirmou que as máscaras foram compradas com recursos próprios de cada deputado e distribuídas às equipes de seus gabinetes. Ele pediu que a situação fosse apurada para “desfazer o equívoco”.

O órgão encaminhou ofício ao presidente da Assembleia para que apresentasse as notas fiscais para comprovar que os equipamentos que não foram adquiridos com dinheiro público.

O subprocurador-Geral de Justiça, Deodete Cruz Junior, destaca que foram juntados recibos das compras que com-

provam que as máscaras foram compradas pelos deputados com recursos próprios.

“Destarte, há de se reconhecer que as máscaras relacionadas na matéria jornalística veiculada na emissora de TV Centro América e no site [...] foram adquiridas com recursos próprios dos deputados ali mencionados, até porque não foi apontado qualquer indício de prova em sentido contrário na referida matéria”, diz trecho da decisão proferida no último dia 18.

“Sendo assim, prestados os devidos esclarecimentos pelos Deputados Estaduais acompanhados da documentação juntada aos autos, de rigor o indeferimento da instauração de procedimento investigativo. Diante do exposto, promovo o arquivamento da notícia de fato”, decidiu o subprocurador-Geral de Justiça.

DANOS DO VLT

Em pedido à Justiça, governo alega que consórcio deu motivo para rescisão do contrato e cobra ressarcimento de danos materiais e morais

Ação pede R\$ 830 mi de indenização

Christiano Antonucci/ Secom-MT



Gabriel Soares

Além dos R\$ 676,8 milhões de ressarcimento por danos materiais, o governo do Estado decidiu pedir mais R\$ 147,7 milhões em danos morais coletivos na ação que ajuizou contra o Consórcio VLT. A ação foi apresentada à Justiça na última segunda-feira (21), com um valor total de indenizações que passa de R\$ 830 milhões.

Além dos danos materiais e morais, o governo quer que o Consórcio seja obrigado a pagar pelas consultorias técnicas que foram contratadas para propor uma solução ao impasse das

obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O gasto estimado com essas consultorias é de R\$ 6,4 milhões. Também é pedido que o consórcio arque com taxas, juros e multas dos contratos de financiamento feitos para custear a obra.

O Consórcio VLT é composto por cinco empresas: CR Almeida, CAF Brasil, Santa Bárbara Construções, Magna Engenharia e Astep Engenharia.

Na ação, a PGE relata que a culpa pela rescisão do contrato com o Consórcio VLT foi exclusiva do próprio consórcio, pois o grupo de empresas fez “promessa e pagamento de vantagem indevida a agentes públicos, além de subcontratação irregular e cumprimento irregular das cláusulas contratuais”.

Os atos de corrupção levaram a Polícia Federal a deflagrar a Operação Descarrilho, em agosto de 2017, e culminaram na rescisão unilateral do contrato.

O rompimento foi respaldado por decisões do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e do Superior Tribunal de Justiça (STF).

Desta forma, com base na Lei de Licitações e na Lei de Improbidade, a PGE argumenta que o governo tem “o direito de se ressarcir integralmente dos prejuízos experimentados”.

“Nesse aspecto, é dever dos Réus reparar as perdas e danos sofridos pelo Autor, segundo as regras do direito comum 21, além da multa imposta pela rescisão administrativa efetivada”, diz trecho da ação.

Como o governo decidiu abandonar a construção do VLT e trocá-lo pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês), com base em estudos técnicos que demonstraram a inviabilidade do antigo modal, a PGE quer ressarcimento total das perdas e danos provocados.

“É direito do Autor, portanto, ver-se



Mauro Mendes anunciou que pretende processar substituir o VLT pelo BRT

ressarcido de todos os prejuízos experimentados pela inexecução da obra, notadamente porque grande parte

dos materiais e algumas obras entregues não serão de nenhuma utilidade para o Estado, agora que, por fatos

supervenientes, devidamente comprovados, decidiu-se por não retomar a execução do VLT”, conclui.

ENTRE TAPAS E FARPAS

Emanuel diz que escolha pelo BRT é retrocesso

Gilberto Leite



Emanuel vê opção pelo BRT como um retrocesso, mas promete estudar os dados técnicos

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), disse que a decisão do governador Mauro Mendes (DEM) em enterrar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e optar pela aquisição do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês) representa retrocesso e falta de respeito com a população de Cuiabá e Várzea Grande. As críticas do prefeito foram feitas na última manhã de terça-feira (22), em relação ao anúncio feito por Mauro na tarde de segunda-feira (21).

Emanuel afirmou que ficou contrariado com a decisão do governador. O prefeito disse que Mauro o convidou no final da manhã, de última hora para uma reunião, onde faria o comunicado da escolha pelo BRT.

“Fui convidado para reunião no final da manhã e já estava com a agenda

lotada, e para quê? Para me falar de uma decisão já tomada? Ainda bem que eu não fui, em respeito à Cuiabá. Eu ia lá pra fazer plateia para uma decisão já tomada. Eu faço tudo por Cuiabá. Primeiro eu já fiz uma consulta ontem, porque me parece que tem que ter uma anuência do governo federal, o que deixa ainda uma situação mais desagradável. Como alguém toma uma decisão sem conversar com o governo federal?”, questionou o prefeito.

Emanuel defendeu ainda que seja feita uma discussão ampla com os dois municípios (Cuiabá e Várzea Grande), que serão impactados pela mudança. Pinheiro diz que a população e os gestores das duas cidades deveriam participar da decisão, assim como representantes da bancada federal.

O prefeito também revelou que já terminou que sua equipe técnica realize

uma série de estudos sobre a apresentação feita pelo governador. Os resultados serão debatidos em uma reunião, agendada para a esta quarta (23). Pinheiro também considerou a decisão do governador como uma falta de respeito com os munícipes das duas cidades.

“Tomou-se uma decisão, que para mim é um retrocesso, pois o VLT representa o desenvolvimento e o respeito em todas as formas ao usuário do transporte coletivo. Então, na forma [como a decisão foi tomada] sou totalmente contrário à decisão. Na técnica, vamos estudar e amanhã devemos fazer uma reunião. Eu defendo quem defende Cuiabá, e para mim o melhor para Cuiabá é o VLT. Eu tenho que entender tecnicamente, mas na forma eu não aceito nenhuma decisão sem ouvir a população cuiabana, sem ouvir a prefeitura de Cuiabá e mais, sem ouvir a bancada federal”, pontuou Emanuel.

FIM DE CARREIRA

Afastado há 3 anos, Teis pede aposentadoria no TCE

Da redação

Afastado do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) há mais de três anos, o conselheiro Waldir Teis protocolou pedido de aposentadoria na Corte de Contas. O pedido foi oficializado na última quarta-feira (16), junto ao gabinete do presidente do TCE, Guilherme Maluf.

O processo foi encaminhado à Procuradoria da Corte de Contas, para analisar a viabilidade do pedido, já que Teis é alvo de uma ação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por obs-

trução de Justiça e no Supremo Tribunal Federal (STF), por suspeita de receber propina do ex-governador Silval Barbosa.

Teis e outros quatro conselheiros foram afastados do cargo em setembro de 2017, por suspeita de terem recebido R\$ 53 milhões em propina para ‘fazer vista grossa’ na fiscalização das obras da Copa do Mundo de 2014.

O conselheiro afastado chegou a ser preso pela Polícia Federal em julho, durante a 16ª fase da Operação Ararath, após ter sido flagrado

por um agente enquanto descia 16 andares de escadas para descartar folhas de cheques em uma cesta de lixo. Ele foi solto em 4 de agosto e segue em prisão domiciliar.

AFASTAMENTO - Dos conselheiros afastados, apenas um conseguiu retornar. Valter Albano conseguiu uma sentença favorável do STF no dia 25 de agosto e já está de volta ao Tribunal. Os demais tentaram ‘pegar carona’ no habeas corpus, mas os pedidos foram negados pelo ministro Ricardo Lewandowski.

MUDANÇAS NO STAFF

Pinheiro chama Luís Cláudio para Secretaria de Governo

Da redação

O vereador Luís Cláudio (Progressista) será secretário de Governo da próxima gestão de Emanuel Pinheiro na Prefeitura de Cuiabá. O anúncio foi feito na última segunda-feira (21) através de nota.

O progressista não conseguiu manter sua vaga na Câmara Municipal. Na eleição deste ano, ele recebeu mais de três mil se tornando suplente. Atualmente, Luís Cláudio é líder de Emanuel no Legislativo cuiabano.

Em nota, o prefeito explicou que a mis-

são de Luís Cláudio será fortalecer as relações institucionais da prefeitura com os demais poderes e instituições, além de acompanhar e monitorar e cobrar dos demais secretários o cumprimento das metas e prazos estabelecidos no plano de governo da segunda gestão de Emanuel Pinheiro.

Seu mandato como vereador encerra no próximo dia 31, mas ele participa do processo de transição.

Atualmente, a Secretaria de Governo é comandada por Ozenira Félix, que assumiu recentemente, em subs-

tituição a Lincoln Sardinha, que saiu para a campanha eleitoral de reeleição de Emanuel. Além disso, Ozenira está como secretária interina da pasta de Saúde após Luiz Antônio Possas de Carvalho pedir demissão do cargo depois da deflagração da Operação Overpriced.

Perfil - Luís Cláudio de Castro Sodré tem 54 anos, é casado, natural do Rio de Janeiro (RJ), mas vive há 42 anos em Cuiabá. Formado em Direito, é servidor de carreira do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), onde ingressou em 1987.

VOLTA ÀS AULAS

Após quase um ano de salas de aulas fechadas, desafio do sistema educacional é trazer de volta os estudantes para o ano letivo 2021

Em busca dos 'alunos perdidos'



Da redação

Após quase um ano de salas de aulas fechadas, a batalha do sistema de educação agora é para recuperar os alunos que 'se perderam' neste tempo. Por isso, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) decidiu reforçar a ação de Busca Ativa (processo de localização de estudantes infrequentes) para 2021. O foco será localizar os estudantes que não haviam retornado para as atividades pedagógicas no ano letivo de 2020.

"A Seduc iniciará o ano letivo com uma busca ativa intensa. Não queremos alunos sem estudar em 2021. E para isso vamos contar com a

ajuda dos pais que estão colaborando sempre", destaca a secretária adjunta de Gestão Educacional, Irene Costa.

Todo estudante precisa retornar à escola que, por sua vez, está fazendo a procura de informação sobre o aluno infrequente. Uma forma da escola ter o controle dos alunos que não participam das atividades pedagógicas é por meio da matrícula.

Com a ida presencial nas unidades escolares, as equipes gestoras poderão atualizar o telefone e endereço dos pais ou responsáveis dos estudantes. O endereço e telefone correto ajuda a escola a localizar os pais quando houver necessidade.

A secretária adjunta explica que a ideia inicial é o retorno das aulas com revezamento. Numa sala de aula, metade ficará em aula presencial e as demais, em aulas online ou apostilada em casa. As aulas híbridas levam em conta os alunos e professores que estão em grupo de risco



Seduc reforça busca ativa para garantir retorno dos alunos às salas de aula em 2021

havendo uma atenção especial para eles.

"Solicitamos aos pais que enviem seus filhos à escola, no caso de confirmação das aulas com revezamento. Caso isso não ocorra, é importante a presença dos pais nos grupos de WhatsApp da

escola para que haja um acompanhamento das atividades de seu filho.

"Caso não tenhamos aula presencial, os pais podem estar presentes nas atividades escolares buscando material impresso na unidade escolar e participantes das

atividades. Dessa forma, seu filho não terá prejuízo no processo de aprendizagem", assegura.

Caso todo o esforço de busca ativa tenha sido infrutífero, a equipe gestora da escola aciona o Conselho Tutelar

e o Ministério Público que tomará as providências. "Isso, somente em último caso, pois todo o esforço da Seduc, das equipes gestoras das unidades escolares é para localizar e trazer os alunos para a escola", reitera.

AGLOMERAÇÕES EM FESTAS

"É preciso consciência de todos"

Da redação

Após registro de aglomerações no último final de semana em Cuiabá, o prefeito reeleito Emanuel Pinheiro (MDB) lamentou as cenas e disse que caso a população não se conscientize e continue desrespeitando as medidas de biossegurança, a capital viverá uma "tragédia anunciada".

Em conversa com a imprensa na última terça-feira (22), Pinheiro garantiu que não pretende implementar nenhuma medida de isolamento mais rígida, como toque de recolher ou lockdown (confinamento parcial ou total). Para ele, as pessoas precisam compreender

der que a pandemia do coronavírus ainda não acabou e que é preciso ter cuidado com a própria vida.

"Se as pessoas não se conscientizarem, não tiverem amor pela sua própria vida, pela vida do seu familiar e do seu semelhante, caso continue com esse comportamento que está aí, Cuiabá vai ser uma tragédia anunciada", disse.

Apesar de negar a possibilidade de um novo lockdown em Cuiabá, Emanuel disse que a prefeitura irá adotar as providências necessárias em situações de exagero e que colocuem em risco à saúde pública.

"O que eu vou cobrar são as regras que são

estabelecidas para se conviver com vida. Agora, toque de recolher e lockdown, já passou o momento. O momento agora é de conscientização e responsabilidade. Estamos no mesmo barco", disse.

O prefeito comentou que pretende investir em uma comunicação mais objetiva nesse momento, diante de uma possível segunda onda da doença de contágios. Ele avalia que as pessoas já têm conhecimento da doença e de suas consequências, e agora precisam ser chamadas a cumprir com suas responsabilidades.

"Eu não vou proibir mais, eu não vou ficar canetando comportamento pra marman-

jo, pra adulto não. Ele tem que saber, chega! [...] Eu vou aplicar a lei. Aqui [Cuiabá] tem prefeito, aqui tem regra, aqui tem norma. Eu vou aplicar a regra, doa a quem doer. Não adianta mais vir atrás de mim por amizade, com vereador, com deputado, com seja lá quem for, eu não vou mais atender. Cuiabá tem regra e cada um sabe qual é", frisou.

CASOS NA CAPITAL - Segundo o Painel Covid-19, divulgado pela prefeitura na última segunda-feira (21), foram confirmados 38.937 casos confirmados de pacientes residentes na Capital, sendo que 1.150 pessoas morreram em decorrência da doença.



Os bombeiros encontraram Heitor no aterro sanitário

FINAL FELIZ

O garoto Heitor Maciel é encontrado vivo

Da redação

O Corpo de Bombeiros encontrou na tarde do último domingo (27), o garoto Heitor Maciel que desapareceu no último dia 24, quando estava na chácara de seus avós dormindo. O menino estava em um aterro sanitário no município de Lucas do Rio Verde (334 km de Cuiabá).

O aterro onde Heitor foi encontrado fica nos fundos da Fundação Rio Verde, local próximo a chácara onde o garoto sumiu. Desde o dia do desaparecimento, tanto moradores, parentes e Corpo de Bombeiros, estiveram vasculhando o mesmo local, mas não encontraram o menino. Os militares acreditam que Heitor foi deixado no local hoje por uma terceira pessoa, ou que realmente se perdeu na mata.

"Eu afirmo categoricamente que a gente estava lá, passamos ali por várias e várias vezes com dois cães e não foi visualizada nenhuma situação", disse o sargento Domingos que participou das buscas explicando que o garoto só apareceu no aterro neste domingo.

Os bombeiros encontraram Heitor às 15h15 no aterro sanitário após receberem uma ligação anônima.

O militar que participou das buscas ainda disse que o menino está bem, orientado, consciente e com pequenas escoriações causadas pela mata. O que não descarta a possibilidade dele ter se perdido sozinho, é o fato de Heitor ter sido encontrado com pequenas assaduras entre as pernas, o que de acordo com o bombeiro, caracteriza que ele fez uma caminhada considerável sozinho.

Após Heitor ter sido encontrado, os militares o encaminharam para o Hospital São Lucas, para receber atendimento médico e uma atenção para tratamento das escoriações e queimadura.

O tio de Heitor disse para a imprensa local, que vai convidar todas as pessoas que participaram das buscas, que oraram pelo Heitor, para que participe de uma festa e oração na chácara onde o garoto sumiu, em agradecimento. Dezenas de pessoas e parentes foram para a porta do hospital para comemorar o encontro de Heitor.

CONFIANÇA EM ALTA

Intenção de consumo cresce, diz CNC

Ana Cristina Campos/ABR

O indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), medido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), alcançou o patamar de 72,1 pontos em dezembro deste ano, o maior resultado desde maio de 2020, quando chegou a 81,7 pontos. Segundo a CNC, mesmo com essa recuperação, este foi o pior mês de dezembro da série histórica.

O índice permaneceu abaixo do nível de satisfação (100 pontos), o que vem ocorrendo desde abril de 2015 (102,9 pontos). A série com ajuste sazonal apresentou crescimento mensal de 1,2%, o quarto crescimento consecutivo e mais intenso do que o observado no mês an-

terior (+0,8%). Entretanto, em relação a dezembro de 2019, houve retração de 25,1%, a nona redução nesta base comparativa.

"A confiança vem melhorando, mas de forma lenta, gradual, como não poderia deixar de ser diante do dramático quadro econômico provocado pela pandemia. Nossa expectativa é de que, com a vacinação já planejada pelo governo, esse processo de retomada da confiança tenha continuidade, provavelmente se acelerando nos próximos meses", disse, em nota, o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Segundo a economista da CNC Catarina Carneiro, os resultados do ICF mostram que as famílias reforçaram sua confiança na recuperação econômica. "Essa

melhora nos indicadores de curto prazo já está influenciando as expectativas de longo prazo, tanto que a perspectiva profissional para o próximo semestre apresentou o maior crescimento no mês. Também foi registrado o maior percentual, desde maio de 2020, de famílias com percepção positiva sobre o futuro do mercado de trabalho", analisou.

Na avaliação por faixa de renda, as famílias com renda acima de dez salários mínimos revelaram nível de insatisfação de 82,6 pontos, com aumento mensal de 1,4% e queda anual de 26,2%. Para as famílias com renda abaixo de dez salários mínimos, o indicador atingiu 70,1 pontos, também representando insatisfação, já que o índice perma-

neceu abaixo dos 100 pontos. No entanto, no mês houve avanço de 1,2% na confiança nessa faixa de renda, enquanto na comparação anual aconteceu redução de 24,8%.

A questão referente ao emprego atual mostrou que 32,8% dos entrevistados se sentem tão seguros com seu emprego quanto no ano passado, uma proporção menor do que no mês anterior (33%) e maior do que em dezembro de 2019 (25,9%). Neste mês, houve a maior proporção desde junho, quando atingiu 21,1%, das famílias que se sentem mais seguras em relação ao emprego. Apesar desse avanço no mês, o patamar atingido foi de 88,1 pontos, revelando continuação da insatisfação das famílias neste item.

RESISTINDO À CRISE

Governo injeta recursos para tentar manter empresas vivas durante a pandemia; programa já liberou R\$ 4,2 milhões para o setor

Crédito alivia perdas do turismo



Da redação

O turismo é um dos setores econômicos que mais enfrenta dificuldades no processo de recuperação após a primeira onda da pandemia de covid-19. Estima-se que a atividade no Brasil já perdeu R\$ 24,5 bilhões entre março e outubro, conforme levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Ao longo do ano, empresas precisaram recorrer a linhas de crédito para sobreviver. Em Mato Grosso, até novembro, mais de R\$ 4,2 milhões em crédito foram concedidos ao trade de turismo local. Os recursos, liberados por meio

da agência de fomento do Estado (Desenvolve MT), também contribuíram para a abertura de novos negócios.

Dentre os muitos negócios do turismo que precisaram ser socorridos para não fecharem está a empresa de José Rocha Júnior, La Sierra, que atua no mercado de turismo receptivo há quinze anos em Tangará da Serra.

"A queda na procura por pacotes de viagens impactou diretamente o faturamento da empresa. Ficamos praticamente três meses sem vendas. Tivemos que reduzir despesas, adequar à nova realidade", conta José Rocha.

Para sobreviver ao período, o empresário recorreu à linha de crédito Fungetur Giro, do Desenvolve MT. "O crédito foi muito importante para dar um fôlego, reforçar o caixa e seguir em frente com a cabeça erguida", conta José Rocha.

Apesar de a maioria do setor precisar de recursos para manter o

negócio, novos investimentos também nasceram em plena crise. Um desses empreendimentos, inaugurado nesse sábado (19), chegou a ficar com os planos suspensos no período mais crítico da pandemia.

"A pandemia aconteceu bem no início da construção e reforma do local que alugamos para abrir a padaria. Estávamos em plena negociação para aquisição de crédito e ficamos muito preocupados com o projeto. Então, decidimos segurar as obras, num primeiro momento, mas retomamos logo quando estabilizou", conta Altenir Agnos, um dos proprietários da Padaria e Confeitaria Padoca na Estrada. A loja está localizada na rodovia Emanuel Pinheiro, que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães.

Apesar de ver um aumento de risco no negócio, a escolha da atividade, no segmento alimentício, motivou a continuidade dos planos do casal. "Vimos que não teríamos problema

com lockdown e, se tivéssemos, iríamos nos adaptar às necessidades. Por isso entramos de cabeça no projeto e conseguimos inaugurar neste sábado", comemora Altenir.

A ousadia foi 'premiada' com uma superação das expectativas. O casal esperava um fluxo de até 100 clientes no dia de abertura, mas o local tem atendido cerca de 220 pessoas por dia desde então.

"Vendemos produtos de qualidade e prezamos pelo processo natural, a um preço acessível a todos. Somos a única padaria de uma região turística, em que há um grande fluxo de pessoas transitando a caminho de Chapada dos Guimarães e Manso", descreve.

Para concretizar o negócio no meio da pandemia, o casal foi beneficiado por um dos programas de financiamento da agência de fomento estadual. Ao todo, R\$ 206 mil foram concedidos com um ano de carência e juros acessíveis.



Altenir Agnos e Katiane Almeida aproveitaram o crédito para abrir uma empresa e colhem bons resultados

AGRICULTURA FAMILIAR

Chapada pode ter fábrica de óleos essenciais

Da redação

A produção de óleos essenciais virou alternativa de renda para agricultura familiar no município de Chapada dos Guimarães (67,7 km de Cuiabá). A instalação de uma fábrica na região já é admitida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), que realiza estudos técnicos para fomentar a atividade no local.

"A produção de óleos essenciais pode ser uma grande alternativa para as pequenas propriedades rurais por se tratar de uma produção que permite plantio em pouca área de extensão. É um nicho que está sendo criado. É uma grande oportunidade de negócio para vários agentes de produção", observa César Miranda, secretário da Sedec.

A produção de óleos essenciais em Chapada dos Guimarães é considerada viável por ser rentável e sustentável. O empreendimento também beneficiará pequenas propriedades instaladas na região. "Pode ser cultivado em pequenas áreas, o que coloca a produção de óleos essenciais como um ramo de atividade

muito promissor", defende o secretário.

Uma área de plantação experimental de piriçoca, planta natural da Amazônia, é monitorada por técnicos da secretaria. A erva, que pertence à família ciperácea, é aromática e também medicinal, seus óleos servem de matéria-prima para as in-

dústrias farmacêutica e de perfumaria.

"Tem uma equipe da nossa pasta que está apoiando com repasse de dados técnicos e informações agrônômicas os empreendedores que estão investindo no plantio das matérias primas e na extração dos óleos essenciais", relatou César Miranda.

Outros óleos devem compor a cadeia produtiva. Eles serão extraídos das folhas, flores, raiz e seiva das plantas cultivadas na região. O empreendimento é visto como uma oportunidade para fomentar a agricultura familiar na região.

"Estamos trabalhando para desenvolver uma política de incentivo para a produção de

óleos essenciais a princípio na região de Chapada", defende o secretário.

O trabalho dos técnicos da secretaria também atua para viabilizar alianças produtivas, ampliar o mercado consumidor, estruturar elos da cadeia e organizar o sistema de produção dos compostos naturais. (Com assessoria)



Produção crescente de óleos essenciais atrai interesse em construir fábrica em Chapada dos Guimarães

SEGURANÇA JURÍDICA

Legislação é entrave à expansão dos bioinsumos

Luciane Mildemberger
Especial para
O Impreso MT

A demanda por bioinsumos é crescente no país, especialmente em Mato Grosso, até mesmo pelo potencial agrícola do estado, conhecido como celeiro do Brasil. Uma das discussões do momento é a regulamentação do tema, forma de garantir segurança jurídica para a produção na fazenda e o uso próprio desses insumos (on-farm).

Segundo estudos da Embrapa, pelo menos 10 milhões de hectares no país recebem produtos para o controle biológico de pragas e 40 milhões de hectares são cultivados com bactérias promotoras de crescimento de plantas.

Com o intuito de que o país aproveite a grande biodiversidade que tem e reduza a sua dependência em fertilizantes e outros insumos químicos, em grande parte importada, o Ministério da Agricultura (Mapa) lançou este ano o Programa

Nacional de Bioinsumos, desenvolvido devido às necessidades de inovação do setor.

A advogada Adryeli Costa, do escritório Costa Assessoria Jurídica, destaca que é fundamental debater o assunto, já que o crescimento do uso de bioinsumos nas fazendas é crescente. Recentemente, ela foi convidada para representar Mato Grosso em uma reunião da Sociedade Rural Brasileira (SRB) sobre o tema, entidade com forte representatividade

no governo federal, com o objetivo de auxiliar o Mapa na tomada de decisões.

"Por mais que os produtores atuem com profissionalismo e responsabilidade social e ambiental, a regulamentação sobre o uso dos bioinsumos precisa acontecer o quanto antes, como forma de evitar riscos para eles próprios, as lavouras e os consumidores", alerta.

Adryeli explica que a regulamentação de produção, transporte e afins dos bioinsumos deve

ser feita pelos estados. "Uma legislação estadual sobre o tema vai garantir acompanhamento profissional, protocolos para produção e treinamentos, aumentando a eficiência e a qualidade. Com isso, a produção das biofábricas on farm vem acrescentar ainda mais na produtividade da agricultura matogrossense", garante.

Os Estados, diz ela, estão se organizando para ampliar os debates sobre o tema no que tange à sua responsabilidade. "A preocupação de todos,

inclusive em nível nacional, é que se faça uma legislação que atenda ao produtor, que hoje investe nos bioinsumos e não tem nada assegurado a seu favor", justifica Adryeli.

Os bioinsumos são uma variada gama de organismos vivos que, devidamente manipulados, combatem os vetores de doenças. Na agricultura, aparecem como alternativa sustentável aos agrotóxicos químicos e vêm registrando rápida expansão no Brasil.

RETOMADA ECONÔMICA

Pequenas empresas mostram maior capacidade de recuperação, com saldo positivo de 714,3 mil postos de trabalho em quatro meses

Micros geram o dobro de empregos

Andre Borges/Agência Brasília



Da redação

O ano de 2020 ficará marcado como o mais desafiador para os pequenos negócios. Essas empresas, que dependem do fluxo de caixa diário para sobreviver, precisaram se reinventar no para resistir à pandemia. Além da digitalização dos negócios, a pandemia serviu de estímulo para novas ideias de negócios. E parece que eles tiraram 'de letra'. Dados do Sebrae apontam que os pequenos negócios criaram quase o dobro de vagas que as médias e grandes empresas.

As micro e pequenas empresas comprovam que têm maior capacidade maior recuperação e geração de empregos em momentos de crise. Entre julho e outubro deste ano, elas criaram 714,3 mil postos de trabalho em todo o Brasil. O número é quase duas vezes maior que o total de empregos gerados pelas empresas de médio e grande porte que, no mesmo período, abriram 364,8 mil vagas.

Só em outubro, as MPE registraram saldo positivo de 271 mil empregos formais. Já as médias e grandes empresas (MGE) criaram 123,1 mil postos de trabalho no mesmo período. No total, foram gerados 394.989 empregos no Brasil em outubro deste ano, com as MPE respondendo por quase 70% desse total. Os dados da pesquisa foram compilados com base nos dados do Novo Caged, do Ministério da Economia.

RISCO À SAÚDE

MP quer limitar público à metade

Da redação

A 6ª Promotoria de Justiça Cível de Várzea Grande notificou a Prefeitura recomendando o cancelamento de festividades públicas de Natal e Ano Novo que gerem aglomerações e que impossibilitem a manutenção do distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas. O documento também recomenda a redução, para 50%, da capacidade máxima de lotação dos espaços destinados a reuniões, festas, confraternizações, show e congêneres.

A medida foi motivada pela proximidade das festas de fim de ano, pelo crescente número de casos confirmados de covid-19 e pelo crescimento da taxa de ocupação de leitos de UTI, conforme consta no Painel Epidemiológico nº 284, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT). O levantamento mostrou que, naquele dia, a taxa de ocupação de leitos de

“Esses números comprovam a tese que há muito é defendida pelo Sebrae. As pequenas empresas contratam mais na expansão. Por isso é tão importante que desenvolvamos políticas de fomento e crédito para esse segmento vital à economia do nosso país. Elas precisam disso para continuar desempenhando seu importante papel”, ressaltou Carlos Melles, presidente do Sebrae.

A capacidade de adaptação do grupo das pequenas empresas ficou nítida durante a crise econômica causada pela pandemia. Segundo o Sebrae, nos três primeiros meses da crise (março e junho), os pequenos negócios foram os que mais desempregaram. Foram quase um milhão de postos de trabalho encerrados, contra 606 mil nas médias e grandes. No entanto, a recuperação nos meses seguintes surpreendeu.

“Com o retorno gradual da atividade econômica, as micro e pequenas empresas voltaram a ser a locomotiva da nossa economia, implementando um ritmo de contratação bem mais forte do que as de maior porte”, pontuou Carlos Melles.

Inevitavelmente, a crise afetou o resultado geral de ambos os segmentos. No acumulado do ano até outubro, a pesquisa aponta que as MPE registraram saldo negativo de empregos gerados (demissões maiores que as contratações). Mas esse saldo vem reduzindo de forma expressiva, dos -294,3 mil empregos (janeiro a setembro), foi para apenas 26 mil empregos (janeiro a outubro). As MGE, por sua vez, acumulam um saldo negativo bem maior, de 215,3 mil empregos, neste mesmo período (jan-out).

UTI alcançou a marca de 43,67%.

O MP também cobra que o município aumente a fiscalização durante as férias, especialmente nos festejos natalinos e de passagem do ano. O município terá que divulgar amplamente o "cancelamento de qualquer evento público, alertando aos cidadãos várzea-grandenses e empresários sobre a rígida fiscalização que será realizada".

A promotora de Justiça notifica o Município a oficializar a nova regra alterando a alínea "b", inciso I do artigo 5º do Decreto Municipal nº 41/2020, que estabelecia lotação máxima de 500 pessoas em eventos sociais, para 50% da capacidade do local.

Foram notificados a atual prefeita Lucimar Campos (DEM), o prefeito eleito Kalil Baracat (MDB) e a procuradora-geral do Município, Sadora Xavier. O objetivo do conjunto de medidas é evitar a progressão do contágio da Covid-19.



Empresas de construção foram as que mais geraram empregos nos últimos meses

MT é o 3º que mais criou vagas

No levantamento de dados feito pelo Sebrae, Mato Grosso é o terceiro estado que mais empregos gerados pelos pequenos negócios entre janeiro e outubro deste ano, com um saldo de 23.511 empregos. Quando considerado a geração a cada mil empregados, o saldo é de 58,55

vagas. No ranking, o estado fica atrás somente de Roraima e Pará.

Roraima foi o que ocupou a primeira posição do ranking no acumulado do ano, com 81,12 - considerando o "saldo por 1.000 empregados". Pará ficou em segundo lugar, tendo gerado 63,21 vagas a

cada mil empregados. São Paulo aparece na posição 24 do ranking, com um saldo de -13,45. O pior desempenho aconteceu no Rio de Janeiro, com -41,96.

Na classificação entre os setores da atividade econômica, as micro e pequenas empresas da construção civil foram

as que mais empregaram entre janeiro e outubro, com saldo de 137,1 mil novas vagas. Na sequência veio a agropecuária, com 29,7 mil postos. Já o setor de comércio e serviços acumulam um desempenho negativo de -154,3 mil e -65,7 mil empregos, respectivamente.

PAÍS EM LIQUIDAÇÃO

A ameaça da venda a estrangeiros

Da redação

Um território do tamanho do estado da Paraíba pode ser retirado de Mato Grosso e transferido para mãos estrangeiras, caso o projeto de lei nº 2.963, de 2019, seja aprovado no retorno das atividades da Câmara dos Deputados, em 2021. O cálculo aproximado foi feito pela Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat).

Validado pelo Senado Federal no dia 15 de dezembro, o texto permite que estrangeiros comprem uma área de até 25% do total de cada município do Brasil. A proposta é criticada por entidades do agro, que veem na medida um risco a importantes mercados do país.

Pelos cálculos da Acrimat, cerca de 56.585 km² do território mato-grossense deve ser entregue a estrangeiros, se for aplicada a regra do projeto de lei no estado.

“O projeto de lei facilita a venda de terras para estrangeiros de até 25% do território dos municípios. Aplicando esta regra em Mato Grosso, apenas nos seus 10 maiores municípios, poderia ser vendida uma área superior ao estado da Paraíba”, afirma a associação.

Segundo a entidade, a proposta pode prejudicar a atividade do agronegócio brasileiro, com perda de mercados considerados estratégicos. A permissão deve atrair investidores estrangeiros, mas ao custo do encolhimento da produção nacional.

“Muitos países importadores de nossos produtos possuem ‘capital’ para adquirir grandes áreas no Brasil e passarão a produzir o que nos compram hoje”, aponta a associação.

O Projeto de Lei 2.963/2019, de autoria do senador Irajá Abreu (PSD-TO), facilita a compra de terras brasileiras por estrangeiros com dispensa de autorização ou licença para aquisição e posse por estrangeiros, quando se tratar de imóveis rurais com áreas não superiores a 15 módulos fiscais. A soma das áreas rurais pertencentes e arrendadas a pessoas estrangeiras não poderá,

no entanto, ultrapassar um quarto da superfície dos municípios onde se situarem.

“Sem sombras de dúvidas este projeto de lei não serve para o Brasil, afinal está em curso a transferência de boa parte da logística brasileira para estrangeiros, mas entregar nossas terras produtivas não é uma ação de cidadania. Esperamos resposta dos representantes do povo brasileiro na Câmara dos Deputados”, defende a Acrimat.

O projeto tem recebido crítica de deputados. Em artigo, publicado no portal da Carta Capital, a deputada federal Luiza Erundina (PSOL) criticou a proposta. “A

entrega de tão grandes extensões de terras do país ao capital internacional significa também um grave risco à segurança energética, alimentar, e à geopolítica da nação brasileira. [...] o alerta feito por organismos internacionais é alarmante: a mercantilização de territórios por parte do capital internacional, que já resultou na compra de mais de 65 milhões de hectares na África e América Latina, poderá representar o controle absoluto do mercado de alimentos, da produção de medicamentos e de outros derivados da biodiversidade, além da própria água”, destaca a deputada federal.



Divulgação/CNA

Entidade alerta que venda de terras a estrangeiros põe em risco o agronegócio nacional